

## POR QUE NÃO GUERREIRO RAMOS? NOVOS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (1)

**D**iga-me o nome de três acadêmicos negros brasileiros? Certamente teremos dificuldade em responder a esta pergunta aparentemente simples, mas, pelo menos de um nome nos lembraremos: Milton Santos (3/5/26-24/6/01). A referência a Milton Santos resulta não só da sua extensa produção acadêmica, bem como do fato de ele ter falecido recentemente. Curiosamente, a morte de Milton Santos estimulou a reedição de seus livros, hoje expostos nas prateleiras de diversas livrarias. Tratando-se de um intelectual negro, o reconhecimento adquirido por Milton Santos configura-se como uma exceção no ambiente acadêmico brasileiro. De fato, temos refletido pouco não só sobre o porquê da notoriedade de Milton Santos – não estamos pondo em dúvida a qualidade e a importância de seus trabalhos – bem como sobre as dificuldades de outros intelectuais negros ocuparem posições de destaque no cenário acadêmico brasileiro.

No final de 2004 perdemos também um outro grande intelectual negro, Clóvis Moura, historiador, autor de diversos trabalhos sobre a escravidão negra no Brasil. Outros autores poderiam aqui ser lembrados, considerando suas importantes contribuições à compreensão da sociedade brasileira: Manoel Querino, André Rebouças, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Joel Rufino e tantos outros. O objetivo deste texto não é apenas homenagear autores e autoras negras, mas refletir sobre o que denomino de “política do esquecimento” mecanismo pelo qual apagamos da memória das novas gerações a contribuição acadêmica de autores negros.

Consciente ou inconscientemente, raramente os autores negros estão nas bibliografias dos cursos ministrados nas universidades. Conseqüentemente, poucas vezes temos tido a oportunidade de conhecer a contribuição desses autores, refletindo, inclusive, não apenas sobre o conteúdo de seus trabalhos, mas sobre o contexto político-intelectual em que foram produzidos.

Considerando tanto o aumento do número de alunos negros nas universidades públicas, como o resultado da implementação do sistema de cotas, quanto o crescente aumento do número de pesquisadores negros (mestres e doutores) na última década(2), parece-nos mais que importante, abordarmos, neste texto, um tema até então pouco discutido no ambiente acadêmico brasileiro: a ausência de professores negros das universidades públicas brasileiras. A nossa hipótese é de que isto ocorre como o resultado da soma de diferentes fatores: a geopolítica do conhecimento que tem levado a minimizar a produção dos intelectuais negros; o funcionamento da cultura acadêmica (*networks*) e do capital social e simbólico requeridos (3); o isolamento do intelectual negro, particularmente, quando ele é politicamente comprometido com o combate às desigualdades raciais e, evidentemente, ao racismo, tal como ele se manifesta em nossa sociedade.

**A CONSTRUÇÃO DO CAMPO OU A IMPORTÂNCIA DOS “ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS” NO BRASIL** O campo de estudos conhecidos como “estudos das relações raciais” no Brasil constituem o objeto de conhecimento historicamente produzido por acadêmicos brancos cuja epistemologia baseia-se no estudo *sobre* negros, por isso mesmo, a noção de estudos sobre as “relações raciais” mantém o mito de uma horizontalidade entre os grupos racialmente diferenciados. Julgamos ser mais adequado falarmos de “hierarquias raciais” já que enfatizaríamos a verticalidade das relações sobre a suposta horizontalidade expressa na definição “estudos das relações raciais”.

O interesse em entender os problemas das “relações raciais” constituiu-se numa preocupação que antecedeu a institucionalização da sociologia brasileira, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Inicialmente, presente no relato dos viajantes e, em seguida, na obra dos ensaístas, a exemplo de Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Oliveira Viana e, posteriormente, a partir dos trabalhos de Gilberto Freyre (4).

Nesse sentido, a preocupação com as questões de natureza racial sempre despertou o interesse dos estudiosos, independente dos enfoques e das agendas acadêmicas e políticas. A primeira geração estava preocupada com o futuro da nação brasileira, condenada pelos efeitos “maléficos” da mistura de raças. Nesse período, os estudos vislumbravam uma única saída: o clareamento, ou embranquecimento, da população brasileira a partir da mistura das raças em gerações consecutivas, ou seja, havia uma crença de que mestiçagens sucessivas levariam, inevitavelmente, ao desaparecimento da população negra. A partir dos trabalhos de Freyre há uma interpretação do Brasil numa chave cultural; para alguns autores, há em Freyre uma valorização da mistura racial e cultural. O culturalismo de Freyre acabou por consolidar a crença na democracia racial brasileira, paradigma interpretativo vigente pelo menos até o final dos anos 1980.

O terceiro momento é caracterizado pela institucionalização da sociologia e, conseqüentemente, pela adoção de técnicas de pesquisa e reflexões teóricas mais rigorosas. Aqui é importante destacar a figura de Donald Pierson e a influência que exercerá sobre a sociologia brasileira a Escola de Chicago. Pierson desenvolve uma importante pesquisa sobre as “relações raciais” na Bahia, em que acaba por corroborar, ou fortalecer, a crença na inexistência do preconceito racial, enfatizando que o preconceito no Brasil é de classe. Duas críticas contundentes podem ser dirigidas ao trabalho de Pierson: primeiro, ele generaliza a conclusão de uma pesquisa realizada em Salvador (BA), cidade com a maior população negra no Brasil como um todo; segundo, atribui demasiada importância à mobilidade social de poucos negros. É importante destacar aqui a importância atribuída à mobilidade social dos negros, já que era vista como um exemplo contundente da inexistência do preconceito ou da discriminação racial.

Quanto da comparação das relações raciais entre o Brasil e os Estados Unidos, a maioria dos autores enfatizava a importância da classificação da cor no Brasil e o papel ocupado pelo mestiço escuro ou mulato na estratificação social brasileira. Entretanto, jamais encontramos um artigo sequer escrito por um mulato em que o tema fosse abordado. Ao que parece o debate ocorreria em outro âmbito, contando apenas com a presença de pesquisadores brancos ou mestiços muito claros, e, o mulato, silenciado, lia e aprendia sobre os benefícios de ser mestiço no Brasil.

Aludindo a esse terceiro momento, em meado dos anos 1930, quando da

chegada da antropóloga norte-americana Ruth Landes ao Brasil (5), demonstra como o campo de estudos sobre as relações raciais brasileiras já estava estruturado à época, destacando, inclusive, a majoritária presença masculina. Corrêa também observa que a rejeição inicial aos resultados da pesquisa desenvolvida por Landes guarda estreita relação com os seguintes fatores: primeiro, o fato de Landes ser mulher, num contexto em que somente os homens desenvolviam pesquisas sobre o tema da religiosidade negra; segundo, o fato de ela não ter entrado por meio de uma rede de relações dos *experts*; e, terceiro, a relação pessoal desenvolvida por Landes e Edison Carneiro. Trata-se, portanto, de um campo de lutas concorrencial, no qual o que estava em jogo não eram apenas os resultados das investigações e a correspondente legitimidade acadêmica, mas, também, o reconhecimento da autoridade (6). Pelas observações de Corrêa torna-se também evidente que a característica adscrita – no caso específico de Landes, o gênero – joga um importante papel no modo como se inclui ou exclui os agentes de um determinado campo.

Ainda relacionado a esse terceiro momento, podemos mencionar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do que convencionalmente chamamos de projeto Unesco realizadas em diferentes estados brasileiros (7). *Grosso modo*, poderíamos dizer que a escolha do Brasil pela Unesco mantinha uma estreita relação com as preocupações advindas do pós-guerra visando acabar com as conseqüências da crença na existência de raças e o racismo. O Brasil, portanto, teria um bom exemplo a dar ao mundo, qual seja, a convivência harmônica entre as diferentes raças. As articulações políticas e os motivos que levaram à escolha do Brasil para a realização da pesquisa, assim como a escolha do coordenador e dos pesquisadores envolvidos nesse projeto estão bem descrito na tese de Chor Maio (8).

Não podemos deixar de mencionar as pesquisas realizadas no âmbito da antropologia, que enfocaram majoritariamente a religiosidade e alguns aspectos específicos da cultura negra. É importante destacar também a influência da tradição dos estudos sobre cultura e personalidade na antropologia norte-americana, que influenciaram Freyre e Melville Herskovits que, por sua vez, influenciaram diretamente Arthur Ramos e, conseqüentemente, as pesquisas antropológicas sobre a religiosidade negra. Independente das perspectivas e das abordagens, as pesquisas foram, e ainda são, realizadas quase que exclusivamente com a população negra-mestiça, o que acabou por se configurar no que Guerreiro Ramos denominou de “o problema dos negros brasileiros”.

É importante destacar algumas mudanças de enfoque nos estudos sobre as “relações raciais” empreendidos a partir do final dos anos 1970, sobretudo a partir dos estudos realizados por Carlos Hasenbalg (9), que demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos, aliado às denúncias empreendidas pelo então recém-formado Movimento Negro Unificado sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Nas últimas décadas temos testemunhado tanto o aumento e a variação dos temas de pesquisas, quanto a formulação de políticas públicas no combate à desigualdade como, por exemplo, a adoção da política de cotas a partir de 2002.

Esta breve descrição sobre como se configurou o campo dos estudos das “relações raciais” no Brasil, ao invés de estudos das hierarquias raciais

como sugerimos acima, objetiva demonstrar, num primeiro momento, não só a importância dos estudos sobre as “relações raciais” nas ciências sociais brasileiras, bem como evidenciar a existência de um campo institucionalizado e hegemônico por perspectivas e epistemologias euro-brasileiras, em que já havia uma perspectiva comparativa e já estava consolidada uma rede de relações dominadas por acadêmicos bastante importante, por exemplo, para o recrutamento dos pesquisadores que foram envolvidos com o já mencionado projeto Unesco – até hoje, a maior pesquisa sobre “relações raciais” realizada por pesquisadores brancos no Brasil. O projeto instaura, também, um momento novo na sociologia brasileira, já que pela primeira vez os pesquisadores recebem recursos significativos para a realização de uma pesquisa. Provavelmente, a disponibilidade de recursos do projeto estimulou muitos pesquisadores a se interessarem pelo tema, já que a maioria deles não tinha experiência prévia em pesquisas sobre “relações raciais”.

Para ilustrar quanto tem sido difícil consolidar uma intelectualidade negra na universidade brasileira é emblemática a trajetória de um autor específico, Alberto Guerreiro Ramos – sociólogo, baiano, mulato como a maioria dos pesquisadores o descreve – falecido em 1982, em Los Angeles, aos

67 anos, vítima de câncer (10). Guerreiro Ramos convive num contexto acadêmico em que “os estudos sobre os negros brasileiros”, como ele definiu, já estavam consolidados e eram realizados quase que exclusivamente por pesquisadores brancos – a exceção é Edison Carneiro, autor negro, também baiano, que escreveu sobre religiosidade negra. Carneiro foi o principal informante da pesquisa realizada por Ruth Landes, que resultou no livro *A cidade das mulheres* (1937), mas ao que parece, ele não teve o mesmo reconhecimento de outros autores não-negros que abordaram semelhante tema.

As reflexões de Guerreiro sobre o papel político da sociologia, sobre a importância de uma assimilação crítica da teoria e, principalmente, suas considerações críticas sobre os estudos realizados *sobre e não desde, junto ou com* os negros no Brasil, garantem ao autor não somente uma importância singular no âmbito acadêmico brasileiro, mas também nos permite a leitura de Guerreiro numa perspectiva que de certo modo o aproxima dos autores pós-coloniais – ainda que ele nunca tenha se identificado com essa denominação. Entretanto, Guerreiro foi esquecido, marginalizado, excluído do “panteão dos grandes sociólogos brasileiros”.

O nosso interesse reside, portanto, em entender algumas importantes questões relacionadas à obra e à trajetória de Guerreiro Ramos: primeiro, analisar sua contribuição à sociologia, principalmente no que se refere aos estudos sobre as relações raciais brasileiras; segundo, entender o porquê da exclusão de Guerreiro e como se construiu uma estratégia ou política do esquecimento da contribuição de Guerreiro no âmbito acadêmico; terceiro, compreender o porquê da ausência de Guerreiro no conjunto das pesquisas realizadas pela Unesco.

**A CRÍTICA SOCIOLÓGICA DE GUERREIRO RAMOS** Lucia Lippi Oliveira e Marcos Chor Maio, abordaram a obra de Guerreiro Ramos em diferentes perspectivas: Oliveira propõe uma análise de conceitos e princípios sociológicos, contidos, principalmente, no livro *A redução sociológica*;

**O BRASIL, PORTANTO, TERIA UM BOM EXEMPLO A DAR AO MUNDO, QUAL SEJA, A CONVIVÊNCIA HARMÔNICA...**

Chor Maio, analisa a obra de Guerreiro como uma voz dissidente dentre os trabalhos produzidos sobre os negros no Brasil, incluindo aqui as pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Unesco, objeto de investigação do referido autor.

O ineditismo desses dois trabalhos reside não só no fato de eles resgatarem a obra de um autor relativamente ausente do cenário acadêmico, quanto de estabelecerem um diálogo, efetivo, entre a interpretação de Guerreiro Ramos e a sociologia de seu tempo. Mas, ainda que tenham contribuído bastante para o resgate da importância de Guerreiro à sociologia brasileira, esses autores refletiram pouco sobre a exclusão de Guerreiro. Eles também negligenciaram a relação entre a produção do conhecimento e a posicionalidade do autor, num contexto em que embora o tema das relações raciais fosse determinante na compreensão do Brasil, quase não havia pesquisadores negros nas ciências sociais, e os poucos que haviam foram marginalizados.

Quando aludimos à posicionalidade, não estamos nos referindo apenas a uma questão de valores sociais na produção do conhecimento, ao fato de que nossos conhecimentos são sempre parciais, perspectiva já bastante abordada dentro das ciências sociais. O ponto central aqui é o lugar da enunciação, isto é, a localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia. Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está quase sempre encoberto; a localização do sujeito que enuncia está sempre desconectada da localização epistêmica. Por meio dessa desconexão entre a localização do sujeito nas relações de poder e a localização epistêmica, a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universal que encobre o lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder. Isto é o que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (11) chamou de epistemologia do “ponto zero” que caracteriza as filosofias eurocêntricas. O “ponto zero” é o ponto de vista que esconde e encobre seu próprio ponto de vista particular, isto é, a construção de um ponto de vista que representa a si mesmo como não tendo nenhum ponto de vista e, portanto, almeja ser neutra e universal.

As implicações da posicionalidade na produção do conhecimento têm sido discutidas por vários autores (12), e lembram constantemente que sempre falamos de uma localização particular nas relações de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, raciais, sexuais e de gênero, lingüísticas, geográficas, e espirituais do sistema-mundo. As feministas negras têm denominado essa perspectiva da epistemologia de “ponto de vista afro-centrado” (13). Entretanto, o filósofo da liberação latino-americano Enrique Dussel, desde os anos 1970 a define como “geopolítica do conhecimento” (14) Seguindo o pensador afro-caribenho Frantz Fanon (15) e a feminista chicana Gloria Anzaldua (16), deveríamos falar também da “corpo-política do conhecimento”.

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica. Esta epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. Por isso mesmo, qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos como uma perspectiva particular e parcial, quando não a denominam de essencialista.

A filosofia do “ponto zero” como já explicitada anteriormente, aparentemente assegura o discurso da neutralidade, que ainda hoje está presente na fala de vários pesquisadores sobre as hierarquias raciais, quando da demanda

de pesquisadores negros acerca da necessidade de um comprometimento político dos pesquisadores no combate às desigualdades raciais no Brasil. A urgência presente nos discursos e na produção acadêmica de intelectuais negros, algumas vezes é vista como apresentando um viés tendencioso, uma fala demasiadamente comprometida, e, portanto, pouco científica.

No que se refere a Guerreiro Ramos, podemos constatar: por um lado, que havia uma preocupação, comum à época, que estava relacionada ao desenvolvimento nacional; por outro, Guerreiro advogava em prol de uma sociologia autóctone, manifestando, explicitamente, uma preocupação com questões relativas às hierarquias raciais e, conseqüentemente, sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas sobre o negro no Brasil.

De acordo com Renato Ortiz (17), o problema dos sociólogos brasileiros nos anos 40 era fundar um novo campo científico, o que, segundo ele, implicava a delimitação de fronteiras.

“Quando escreve *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros* (1958), Florestan Fernandes tem em mente uma formação intelectual que seria fundamentalmente pautada pelas ‘normas, valores e idéias do saber científico’ [...] eu diria que seu objetivo principal é diferenciar a sociologia das outras falas, num momento em que imperava a polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro, uma ruptura em relação ao senso comum [...] segundo, um distanciamento em relação aos problemas sociais, uma crítica a sua utilidade. Posição antagônica à de Guerreiro Ramos, que imaginava a sociologia com uma espécie de ‘salvação’, corpo teórico cuja vocação seria ‘tornar-se um saber vulgarizado’ [...]. Dito de outra forma, qualquer tentativa de generalização do saber é uma quimera, ele se caracteriza por sua regionalização, adaptação forçada às sociedades nas quais se implanta. (Ortiz, 2002:183)

Ainda conforme Ortiz, havia um embate entre a sociologia paulista que se autodefinia como predominantemente acadêmica, e a sociologia inspirada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no Rio de Janeiro, que se definia mais como uma sociologia política, interagindo mais diretamente com o desenvolvimento nacional.

“Guerreiro Ramos nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone e plantava suas raízes num momento anterior. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, exigindo que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do poder nacional”. (*ibidem*:186)

Por fim, Ortiz considera que os sociólogos paulistas tinham uma concepção mais ampla sobre o campo político, já que incorporava a análise à sua dimensão cultural, enquanto os isebianos tendiam a reduzir a política a uma dimensão institucional. Contudo, independente dos limites mencionados à perspectiva política de Guerreiro Ramos, é necessário considerar que ele enfatizava a importância de uma sociologia engajada, advogando em prol de uma sociologia militante, capaz de encontrar soluções para os problemas nacionais.

A constante reivindicação de Guerreiro acerca de uma sociologia brasileira, que, como já dissemos, deveria estar empenhada em resolver os problemas nacionais, mantinha uma relação diretamente oposta ao que o sociólogo define como sociologia “consular”. “Além de ‘consular’, esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural” (18). Isto é, a perspectiva crítica de Guerreiro era de que alguns conceitos cunhados alhures não permitiam interpretar adequadamente a realidade nacional.

“[...] no Brasil, pelo menos, se distinguem, com clareza, entre outras duas correntes de pensamento sociológico: uma corrente que pode ser chamada, como já propus certa vez, de ‘consular’, visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que, embora aproveitando da experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de auto-conhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais [...]”

Mas a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções [...]. Tudo que de lá vem é ortodoxo, excelente, imitável”. (*ibidem*:107-108)

No que se refere aos estudos sobre as hierarquias raciais, Guerreiro destaca o fato de que os trabalhos sociológicos deveriam ajudar a encontrar saídas para a marginalidade da população negra brasileira, em vez de simplesmente descrever a cultura. Guerreiro não aplicou o seu rigor metodológico e sua perspectiva teórica na realização de uma pesquisa sobre os negros no Brasil, embora tenha realizado críticas contundentes aos estudos produzidos sobre o tema, demarcando diversas vezes o seu descontentamento com o que estava sendo escrito. De acordo com ele, os estudos produzidos em nada contribuíam para melhorar a vida dos negros brasileiros, uma vez que a ênfase era atribuída aos aspectos exóticos, ou melhor, os negros eram vistos como um espetáculo.

“Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos e sociólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro-tema; outra, é negro vida”. (*ibidem*: 215)

Ao refletir sobre essas dimensões Guerreiro tece considerações acerca da patologia social dos brancos brasileiros e, principalmente, da patologia dos brancos nordestinos. A patologia, ou protesto da minoria branca nos estados dessas regiões consistia numa constante reivindicação das origens da própria branca, o que Guerreiro às vezes define como a perturbação psicológica em sua auto-avaliação estética; além de demonstrar “inferioridade sentida com excessiva intensidade e superioridade, desejada, mas fictícia”, por isso, “Ao tomar o negro como tema, elementos da camada ‘branca’ minoritária se tornam mais brancos, aproximando-os de seu arquétipo estético – que é o europeu” (*ibidem*:226).

Na entrevista concedida à Oliveira, Guerreiro tece críticas contundentes a dois importantes escritores brasileiros: Gilberto Freyre, alvo de críticas tenazes à apologia sobre a democracia racial, e também a Mário de Andrade, autor de *Macunaíma*, o anti-herói brasileiro, imortalizado no cinema na figura de Grande Otelo – ator negro mais importante do cinema brasileiro(19). Para ele, em ambas as análises os pretos são retratados em condições precárias, caricaturados, e o Brasil aparece sempre como um país pitoresco.

O incômodo vivido por Guerreiro está diretamente relacionado com sua própria condição racial: por que o anti-herói brasileiro é retratado na figura de um negro? Desde qual geopolítica e corpo-política do conhecimento fala Guerreiro Ramos? Talvez, fosse correto afirmar que, para Guerreiro, aquela ênfase das pesquisas sócio-antropológicas com a população negra só contribuiu para tornar os negros mais exóticos, reforçando, assim, a branquidão de quem os observava.

**POR QUE NÃO GUERREIRO?** Alguns autores tentaram entender os motivos que levaram à marginalização de Guerreiro Ramos no meio acadêmico. Oliveira (*ibidem*) alude ao fato de Guerreiro ter reagido aos cânones institucionais das ciências sociais brasileiras; Chor Maio destaca como mais importante o fato de Guerreiro ter sido integralista – movimento político e ideológico de inspiração fascista ocorrido no Brasil na década de 1930, que buscava um Estado autoritário e nacionalista. Outros importantes nomes a exemplo de Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima também foram envolvidos com o integralismo e conseguiram desvincular seus nomes dessa experiência. Nesse sentido, portanto, o passado de extrema direita não é suficiente para explicar a marginalização de Guerreiro Ramos. Além de mencionar que Guerreiro tinha uma perspectiva de que a sociologia fosse uma ciência engajada, ou uma sociologia militante, com mencionamos anteriormente. Para Joel Rufino (20):

“A explicação convencional é que houve nos últimos quarenta anos um forte deslocamento das relações de classe entre nós, e conseqüentemente, mudou a pauta da sociologia [...] Há, contudo, uma explicação menos óbvia: os pensadores populistas jazem sob a montanha da modernização triunfante”. (Rufino, 1995:23)

Algumas explicações sobre o esquecimento de Guerreiro Ramos giram também em torno de sua personalidade. Todos que o conheceram concordam com o fato de Guerreiro ser extremamente polêmico, controverso e disposto a embates teóricos e políticos não muito frequentes na academia branca brasileira. Guerreiro tem uma forma de fazer ciência e de produzir conhecimento que vai de encontro aos moldes hegemônicos, que se contrapõe à nossa propalada cordialidade. O estilo contraditório e provocador adotado por Guerreiro destoava do nosso estilo polido de fazer ciência. As críticas dirigidas por Guerreiro a nomes consagrados nas ciências sociais brasileiras como, por exemplo, Arthur Ramos e Florestan Fernandes, não deixam dúvidas sobre o seu estilo.

“Mas eu escrevi antes deles, antes do estudo do Florestan. Primeiro, eu fiz o congresso dos negros brasileiros e o expliquei como o congresso de brancos brasileiros [...]. O sujeito analisava o sangue do negro brasileiro, o tamanho do nariz, o cabelo etc. Era preciso, assim, analisar o sangue, o nariz e o cabelo do branco brasileiro. Há um estudo meu chamado ‘Patologia do Branco Brasileiro’ onde eu inverti o problema. Num país de negro como o nosso, falar do problema do negro é uma cretinice. [...] Até mulatos, como Edison Carneiro, escrevem sobre o problema do negro brasileiro [...]”. (21)

Ainda que tenham encontrado respostas plausíveis para a exclusão de Guerreiro, nenhum deles aludiu ao fato de ele ser negro num contexto em que havia e, ainda há, poucos autores negros nas ciências sociais (22). Desse modo, as referências ao fato de Guerreiro ter sido preterido nas duas vezes que disputou uma vaga para professor universitário, giram em torno do passado integralista, portanto, remetendo à afiliação política e não à sua condição racial. Guerreiro foi integralista num período em que ainda era muito jovem, mas esta marca, esta identificação com a extrema direita perdurou durante toda a sua vida. Aqui, seria interessante indagar sobre qual o significado de pertencer à esquerda naquele período, e qual o projeto apresentado pela esquerda à população negra. Como explicar o fato de Guerreiro ter assumido a função de técnico em administração em 1943, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), quando deveria ser professor universitário? É importante destacar que o próprio Guerreiro interpreta sua exclusão lançando mão do argumento político:

“Eu tinha ligações, evidentemente, com o Landulfo e com Isaías Alves, e os comunistas fizeram uma conspiração, uma coisa qualquer, e me acusaram de colaboracionista. Fizeram uma onda política contra mim...”. (Oliveira, 1985:141)

Guerreiro prossegue:

“Como eu estava contando, depois que terminei a Faculdade de Filosofia passei um ano desempregado, um ano terrível, de grandes dificuldades. Meus amigos me arranjavam emprego, eu tratava com o sujeito, e no dia seguinte, quando eu ia trabalhar o sujeito voltava atrás. Certamente chegava algum comunista e dizia: ‘Olhe, esse cara aí...’. Essa é a minha interpretação... Era cassado; essa era a minha impressão...”. (*ibidem*:143)

Embora tivesse atuado junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN), e tivesse escrito artigos no jornal *Quilombo*, o que demonstra que ele era consciente da discriminação racial existente no Brasil, Guerreiro resiste em interpretar sua exclusão, nesse caso, com relação à função de professor universitário, a partir do racismo existente nas instituições brasileiras, mesmo após seu “auto-exílio” de 15 anos nos Estados Unidos. Com isso, não estamos dizendo que o racismo seria o único motivo da exclusão, contudo, parecemos um tanto quanto estranho que Guerreiro não consiga entender o racismo que ele próprio denunciava.

Talvez, a dificuldade de Guerreiro não seja diferente daquela apresentada pela maioria dos brasileiros quando o tema é o racismo e a discriminação racial. Nas pesquisas realizadas com negros de classe média havia, de certo modo, uma dificuldade dos entrevistados em falar da discriminação racial com relação à própria experiência e uma relativa facilidade de falar da experiência dos outros (23). Isso nos faz lembrar a complexidade do tema entre nós, e a dificuldade de interpretar a exclusão do outro ou de si mesmo a partir da exclusão racial.

Além disso, temos subestimado a eficácia do discurso sobre a prevalência do preconceito de classe no Brasil em oposição ao preconceito racial; desde criança, somos socializados para percebemos e utilizarmos o discurso relativo à desigualdade de classe e não de cor/raça: quando visitamos um bairro cujos habitantes são majoritariamente, quando não exclusivamente, brancos, denominamos de bairro de classe média, e não como bairro de brancos; o mesmo ocorre nas escolas, sempre referidas a partir da classe, e não da cor. Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor. Essa dimensão das representações sobre a sociedade brasileira, dificulta não só a visibilização de práticas racistas em nosso cotidiano, quanto a rejeição à aceitação de políticas públicas voltadas para segmentos específicos da população com base na cor/raça.

Nesse sentido, a entrevista concedida por Sérgio Adorno na revista eletrônica *ComCiência* é um exemplo ilustrativo de como a cor/raça opera nas decisões tomadas pelo sistema judicial no Brasil:

“Ao fazer essa comparação descobri, primeiro, que os negros eram proporcionalmente mais condenados do que os brancos pelo mesmo crime. Não em termos da duração da pena, que não variava muito. Quer dizer, quando eles eram punidos, as sentenças eram muito próximas, não havia variações significativas. Mas, por exemplo, 59,4% dos brancos observados foram condenados e 68,8% dos negros foram condenados. A diferença foi de quase 10%”. (<http://www.comciencia.br>)

Para ele, o racismo manifesto nessa instituição não é específico dela:

“Você encontra o racismo no trabalho, nos espaços públicos, na escola, em coisas elementares da vida cotidiana. O [...] que acontece é que estamos tra-

tando de uma instituição. Então, na justiça, a questão racial acaba adquirindo uma visibilidade que não necessariamente aparece tão visível fora dela”. (*ibidem*)

O mesmo ocorre com alguns acadêmicos e intelectuais brasileiros, que têm enorme dificuldade em reconhecer o racismo presente nas instituições brasileiras e, neste caso específico, o racismo existente nas universidades, enquanto expressão de um fenômeno que ocorre na sociedade.

**CONCLUSÃO** Iniciamos este texto mencionando algumas características e funcionamento do campo acadêmico definido como estudos das “relações raciais” no Brasil. Abordamos como um exemplo emblemático o caso de Guerreiro que nos ajudou a entender e aprender como diversos fatores contribuíram para a exclusão de profissionais negros das universidades brasileiras e a marginalização da contribuição intelectual negra; contudo, sabemos que naquele período houve a composição de redes, fundamentais para a formação de projetos exclusivamente compostos por pesquisadores brancos, que excluíram os poucos pesquisadores negros existentes a época. Um discurso “universalista”, de fato desassociado de práticas universalistas, esteve intimamente relacionado com a noção de mérito, contribuiu fortemente para a manutenção das desigualdades raciais nas universidades públicas brasileiras. A negação do racismo nos espaços universitários termina por reproduzir o discurso perverso de que as cotas, em lugar de aumentar o número de negros nas universidades, vão criar o racismo e a discriminação num espaço supostamente imune a essas práticas. O que permanece encoberto por esse discurso universalista é a exclusão sistemática de intelectuais negros dos espaços universitários não só como estudantes, mas, também como professores (24). A epistemologia hegemônica que se beneficia do discurso da imparcialidade/universalismo/neutralidade, na realidade tem cor. Como o resultado da expansão da política acadêmica tem se ampliado o número de mestres e doutores negros no Brasil que atuam, majoritariamente, em espaços periféricos, do ponto de vista da produção acadêmica. Uma questão importante que precisa ser enfrentada no contexto atual pós-cotas é como aumentar o número de professores negros nas universidades públicas brasileiras, já que sabemos que não se faz multiculturalismo numa universidade onde o corpo docente tem uma composição racial tão distante da população e, atualmente, do corpo discente.

*Angela Figueiredo é doutora em sociologia pelo IUPERJ e professora associada do Pós-Afrol-CEAO/Ufba.*

*Ramón Grosfoquel é professor no Departamento de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA.*

#### NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Este artigo faz parte de um projeto mais amplo de explicitação da contribuição de intelectuais negros às ciências sociais brasileiras.
2. A IV edição do Congresso de Pesquisadores Negros, ocorrido em setembro do último ano, é um bom indicador desta mudança.
3. Bourdieu, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987
4. Oliveira, L. L. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
5. Correa, M. *O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira*. Etnográfica, Lisboa - Portugal, v. IV, n. 2, p. 233-266, 2000.
6. Bourdieu, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987
7. Mariza Corrêa (1987), chama a atenção para a importância da “... noção de

projeto que, muito mais do que a de instituição corrente - escola - ou corte cronológico, parece particularmente apropriada, por incluir essas e outras e ir um pouco além, para marcar certas continuidades e rupturas na trajetória da antropologia que se faz no Brasil. Nesse sentido, a noção de projeto tal como utilizada era quase sinônimo de grupo de referência, já que cada um deles remetia a um conjunto específico de pessoas, às influências de determinados autores e /ou pesquisadores, à instituição que o abrigava ou a região onde ele fora realizado" (Corrêa, 1987; 19-20); Corrêa, M. "História da antropologia no Brasil (1930-1960)" *Testemunhos*. Campinas/São Paulo: editora da Unicamp/ED.Vertice, v. 1. 1987.

8. Maio, M. C. O projeto Unesco de relações raciais e as trocas intelectuais e políticas Brasil-EUA". *Interseções*, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1, p. 123-142, 2004.
- Maio, M. C. "O Projeto Unesco: ciências sociais e o credo racial brasileiro". *Revista da USP*, São Paulo, n. 46, p. 115-128, 2000.
9. Hasenbalg, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
10. Guerreiro ministrava aulas na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia.
11. Castro Gomes, S.. *La Hybris del Punto Cero: ciência, raza e ilustracion em la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá, Colômbia, Editora Pontificia Universidade Javeriana, 2003
12. Mignolo, W.. *Local histories/global designs: essays on the coloniality*. 2000.
13. Collins, P. H.. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of Empowerment*. New York: Routledge. Chapman Hill, 1990.
14. Dussel, H.. *Filosofia de liberacion*. México: Edicol, 1977.
15. Fanon, F. *Black skin:white masks*. Grove Press: New York, 1967.
16. Anzaldúa, G.. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco Spinners/Aunte Lute. 1987
17. Ortiz, R. *Ciências sociais e o trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D'água, 2002.
18. Guerreiro Ramos, A.. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro; Editora da UFRJ, 1982.
19. Baseado na obra de Mário de Andrade, o filme *Macunaíma* (1969) dirigido por Joaquim Pedro de Andrade.
20. Rufino, J.. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.
21. Guerreiro Ramos, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.
22. Sobre a difícil trajetória do intelectual negro, ver Lima, Ari (2001). "A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual". In *Afro- Ásia* (25-26). 281-312.
23. Figueiredo, A.. "A classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e identidade negra entre os empresários negros". Tese defendida no luperj, 2003.
24. Carvalho, J.J.. "O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro" in *Revista da USP*, n. 22, São Paulo, USP, 2006; Carvalho, J.J.. "Ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico" In: (org) Walter Silverio. *Teoria e pesquisa*. São Paulo, UFSCar, 303-340, 2003.

## SISTEMA DE COTAS: UM MULTICULTURALISMO BRASILEIRO?

Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz

Uma pergunta que se apresenta para a dinâmica das relações raciais no Brasil é: de que maneira o multiculturalismo como política de diversidade educacional por aqui se apresenta? Por certo, a discussão sobre práticas educacionais diversificadas não é recente no país e, muito menos, em países democráticos liberais. A inclusão de populações e/ou grupos marginalizados em espaços como o do trabalho e da educação, assim como a discussão sobre currículo pode ser verificada, ao longo da segunda metade do século XX, em países como a Índia, Estados Unidos, Malásia, China, Canadá ou Inglaterra (1).

No Brasil, essas práticas têm se mostrado diferenciadas se comparadas com esses países. No período da redemocratização houve uma grande demanda dos movimentos sociais para a inclusão de capítulos específicos para negros e indígenas, e inclusão de temáticas curriculares no ensino fundamental e médio para essas populações. Entretanto, no período dos anos 1980-1990, as respostas institucionais foram asseguradas basicamente na Constituição Federal e nas Estaduais com a elaboração de capítulos específicos. Somente no início do século XXI é que podemos perceber uma significativa mudança, posto que várias instituições do ensino superior começaram a adotar as denominadas ações afirmativas para negros e indígenas, com ênfase no sistema de cotas. E, desde 2003, há a obrigatoriedade das temáticas história e cultura do negro no Brasil nos currículos escolares, sancionada através da Lei 10.639. Cabe ressaltar que nesse processo não se verifica um simples reconhecimento da contribuição das diferentes populações na formação cultural do país, algo que ocorreu desde os anos trinta, notadamente entre intelectuais, e que foi, desde os anos sessenta, incorporado até pelas instâncias governamentais (2) Trata-se, no último decênio, da reivindicação de direitos pelos movimentos sociais, e da elaboração de políticas cujo foco é um discurso direcionado para a inclusão. Nesse sentido, a adoção do sistema de cotas para negros e indígenas nas universidades públicas pode ser incorporada na discussão sobre multiculturalismo em contexto comparativo. Portanto, há que se verificar o que significou políticas educacionais diferenciadas em instituições que priorizavam, até o último decênio, um discurso universalista baseado no mérito.

Este artigo tem como objetivo trazer alguns dados sobre a educação superior no período anterior ao sistema de cotas e nos dois primeiros anos da adoção desse sistema diferenciado. O espaço de análise é a Universidade Federal da Bahia (Ufba), a terceira instituição federal de ensino superior a reservar vagas para estudantes oriundos da escola pública (43%), aí inclusos os negros (85% dessa reserva) e índios aldeados (02 vagas para cada curso). O objetivo é discutir o impacto de uma nova política em uma instituição pública de ensino superior, nos dois primeiros anos da adoção do sistema. Afinal, os argumentos contrários ao programa de ações afirmativas priorizaram tanto a manutenção do mérito quanto a preservação da ideologia da mestiçagem, tão característica da sociedade brasileira, posto que nesses argumentos a reserva de vagas teria como consequência um novo modelo de